



# Agricultor quer receber correção que pagou durante o Plano Cruzado

JOEL SANTOS

SÃO PAULO — Os pequenos e médios agricultores das principais regiões agrícolas do País preparam ação judicial coletiva, com o objetivo de obter, na Justiça, a devolução da correção monetária paga pelo setor, cobrada sobre os empréstimos contraídos durante a vigência do Plano Cruzado.

Além disso, os agricultores, com base em parecer do advogado e ex-Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Antonio Ferreira Alves da Silva, querem que essa devolução seja feita com a devida correção monetária, o que, se aceito pela Justiça, significará "uma sangria de milhões de dólares no sistema financeiro nacional".

A informação é do Diretor Territorial da União Democrática Ruralista (UDR), Najib Abudi Filho, ressaltando porém que a medida judicial só será utilizada caso a constituinte não aprove a emenda do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que propõe a não-incidência de correção monetária sobre débitos decorrentes de empréstimos a pequenos agricultores e microempresários, contraídos até 31 de dezembro de 87.

— Durante o Plano Cruzado, com a promessa de inflação zero, a garan-

tia do Governo de que a especulação financeira no País havia acabado e que a produção é que passaria a ser recompensada, os agricultores acreditaram e investiram maciçamente. Muitos deles contraíram empréstimos que, na assinatura do contrato não previa o pagamento da correção monetária, mas que através de artifícios utilizados pelo sistema financeiro passaram a ser cobrados. Em consequência, 80% dos pequenos produtores não têm hoje condições de saldar os seus débitos, afirmou Nagib Abud Filho.

De acordo com o dirigente da UDR, a aprovação pelos constituintes da emenda do Senador pernambucano beneficiaria, sem contar os médios agricultores, 250 mil micro e pequenos agricultores, que devem hoje ao sistema financeiro CZ\$ 200 bilhões.

— Eles contrataram financiamentos com juros de 3% e foram obrigados a reformá-los, pagando juros de até 35% ao mês; resultado: 95% desses produtores não têm condições de saldar os débitos que foram contraídos, a maioria foi acionada pelos bancos e muitos já perderam suas propriedades — revelou o Diretor da União Democrática Ruralista.

## Bamerindus e Real já renegociam

Na região de Piraju, interior do Estado de São Paulo, existem no fórum da comarca cinco mil ações judiciais de cobrança de débitos, imputadas por onze bancos que possuem agências na região. No entanto, alguns bancos já concluíram que, mesmo utilizando a via judicial, não terão condições de receber seus créditos junto aos agricultores.

Esta constatação, somada às informações obtidas pela direção dos maiores conglomerados financeiros do País, de que dificilmente a Constituinte deixará de aprovar as emendas que concedem anistia aos agricultores, e também aos microempresários, está levando alguns bancos a iniciarem acordo com os agricultores.

Além do Bamerindus, que há mais de seis meses iniciou processo de renegociação da dívida dos pequenos e médios agricultores que estão com seus débitos vencidos, o Banco Real firmou, recentemente, acordo com os agricultores de Piraju que mudou o perfil da dívida dos produtores, que até então chegavam a pagar, considerando a correção monetária e juros, até 35% ao mês.

Pelo acordo, o Banco Real decidiu eliminar a correção monetária sobre os contratos de financiamento firmados na época do Plano Cruzado. E, com isto está combinando com os

produtores o pagamento do principal do financiamento, adicionado aos juros estipulados pelo contrato, que são de 3% cento, sem a correção monetária.

Esses acordos começaram a ser feitos em final de maio e a dívida global, considerando juros e correção monetária dos agricultores da região de Piraju junto ao Banco Real, de CZ\$ 4 bilhões, foi reduzida para pouco mais de CZ\$ 500 milhões — explicou um funcionário da agência do Real em Piraju.

Essa mesma fonte revelou também que acordos semelhantes já estão em fase final de conclusão na grande maioria das agências do Banco Real em todo o País. "Entendemos que era melhor um mau acordo do que uma boa demanda judicial, pois além do risco de perdemos na Justiça, há ainda a possibilidade da anistia da dívida ser aprovada na Assembléia Constituinte. Em ambos os casos, nossas perdas serão maiores do que as que teremos com esses acordos", reconheceu.

Esta semana, as lideranças rurais pretendem estender o acordo firmado com o Banco Real com o restante do sistema financeiro, principalmente com o Banco do Brasil, que detém mais de 40% dos empréstimos contraídos pelos agricultores do País durante o Plano Cruzado.